

Organizações Globo versus Ancinav: relato de uma disputa

Marina Rossato Fernandes¹

Resumo: Por meio do estudo do posicionamento das Organizações Globo em relação ao anteprojeto que propunha, em 2004, a transformação da Ancine (Agência Nacional do Cinema) em Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual), será possível demonstrar o poder econômico e político dessa organização e como ela influenciou na não aprovação do anteprojeto. O artigo irá analisar a repercussão da proposta na mídia, como o sistema de radiodifusão brasileiro é regulado e as mudanças que o anteprojeto propunha. Assim, será possível indicar o medo da regulamentação do setor de radiodifusão, as taxas a serem cobradas e a interferência em seu modo de produção como motivos que justifiquem seu posicionamento contrário à proposta.

Palavras-chave: Audiovisual. Estado. Política. Mídia. Televisão.

¹ Mestranda em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Abstract: Through the study of Globo Organizations's positioning in relation to the project which proposed in 2004 the transformation of Ancine (National Cinema Agency) into ANCINAV (National Cinema and Audiovisual Agency), it will be possible to demonstrate their economic and political power and how it influenced the non-approval of the project. This article will analyze the impact of this proposal in the media, how the brazilian broadcasting system is regulated and the changes that the project proposed. Under these circumstances, it will be possible to indicate the fear of the regulamentation of the broadcasting sector, the taxes to be charged and the interference in their mode of production as reasons to justify their contrary position to the proposal.

Propostas da Ancinav

Em 2004, durante o primeiro mandato do governo Lula, o Ministério da Cultura, que tinha como ministro Gilberto Gil, encaminhou ao Conselho Superior de Cinema o anteprojeto que propunha a transformação da Agência Nacional do Cinema (Ancine) em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) ao Conselho Superior de Cinema. O anteprojeto foi elaborado por uma equipe de técnicos, consultores e dirigentes do Ministério da Cultura durante 14 meses e ficou em consulta pública por dois meses antes de ser enviado àquele conselho.

A Ancinav foi uma proposta de ampliar a atuação da Ancine. A nova agência passaria a regular o audiovisual como um todo, e não somente o cinema, sendo capaz de fiscalizar e fomentar esse setor. O anteprojeto propunha que a agência tivesse o papel de regular, mediar e estimular as atividades de produção e de difusão de conteúdos audiovisuais no país, considerando os diversos meios de produção e de difusão já existentes.

Essa nova agência passaria a regular também a televisão, cobrando taxas e reservando espaço para a exibição da produção independente e regional. Essa proposta constituiu-se em uma novidade quanto à política do audiovisual no Brasil, pois em nosso país historicamente a televisão – que acumula lucros, espectadores e poder político – nunca apresentou interesse em dialogar com o cinema. As emissoras exibem produção própria e produção estrangeira, com pouca relação com o cinema para além da atuação da Globo Filmes.

Desde 2000, durante o III Congresso Brasileiro de Cinema realizado em Porto Alegre, o meio cinematográfico já havia proposto explicitamente a criação de uma agência para o cinema, a integração com a televisão, bem como a adoção do marco regulatório.

Desse Congresso, resultou a criação do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (GEDIC), do qual faziam parte ministros de diversas áreas, e representantes da classe audiovisual, como Luiz Carlos Barreto, Cacá Diegues, Gustavo Dahl, Rodrigo Saturnino Braga, Luiz Severiano Ribeiro Neto e Evandro Guimarães. A ideia do GEDIC era propor uma política industrial para o cinema brasileiro, visando ao seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Do relatório final, entre outras medidas, solicitou-se a criação da Agência

Nacional do Cinema (Ancine), que previa a participação da televisão ao obrigá-la a direcionar 2% de seu faturamento bruto para a coprodução independente e também a obrigação de compra de estoque de filmes brasileiros. Essa medida foi retirada devido às pressões:

Quando chegou ao último momento, quando a Medida Provisória (MP) estava pronta e o Ministério das Comunicações tinha participado, houve uma manifestação conjunta das emissoras de televisão se recusando em serem reguladas pelo governo e pela MP, elas conversaram com o presidente Fernando Henrique para comunicar que não estavam de acordo com as propostas da MP, fazendo uma pressão violenta, então o governo federal recuou e restringiu a MP ao cinema e à produção videofonográfica. (DAHL, 2010)

Outro ponto que englobaria os serviços de radiodifusão e que não chegou a ser efetivado foi o “termo audiovisual da legislação, sendo colocado no lugar dele o termo videofonográfico, pois este se referia à produção de caráter independente feito em formato digital, enquanto aquele poderia vincular a produção dos grupos industriais radiodifusores.” (ALVARENGA, 2010)

A mobilização do setor cinematográfico e o amadurecimento de sua relação com o governo resultaram na criação da Ancine em 2002, que é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. Porém, a proposta de integração do cinema com a televisão não se realizou.

Observa-se que, desde a criação da Ancine, já havia o intuito de integrar o cinema e a televisão em uma política conjunta. Pensando na consolidação dessa relação que o anteprojeto da Ancinav baseia algumas de suas propostas.

O artigo 4º, por meio de seus incisos, destaca a necessidade de promover a língua e a cultura nacional, a universalização do acesso às obras, combater o abuso de poder econômico, vedação ao monopólio e oligopólio dos meios de comunicação social, estimular a diversificação da produção e a competição no mercado, fortalecer a produção independente e regional. Para a concretização desses objetivos, a regulação sobre a televisão não poderia ficar de fora, já que representa caso de monopólio e poder econômico excessivo.

O modo de produção da Rede Globo é verticalizado, ou seja, a emissora é responsável pela produção de conteúdo, distribuição, exibição e venda para o exterior, existindo pouco espaço destinado à produção nacional independente.

Esse modelo gera um bloqueio para a produção audiovisual nacional, pois a emissora seria um importante mercado consumidor de obras audiovisuais e uma excelente via de escoamento da produção, devido a sua alta audiência que garantiria a visibilidade das obras. Levando em conta essa conjuntura, o governo propõe a reserva de espaço na programação da televisão.

Assim, por meio do Artigo 90, foi proposta a reserva de espaço para a programação nacional independente e regional, em que as emissoras de televisão aberta deveriam dedicar 20% de sua programação a esse tipo de produção. Para os canais por assinatura, o Artigo 92 estipula que em cada um dos pacotes de canais de programação deve haver um percentual mínimo de obras nacionais de acordo com seu volume de programação. Por meio dessa proposta o governo entendia que a obrigatoriedade de exibição da produção independente alavancaria a produção desta, gerando mais empregos no setor, contribuindo para diminuir a concentração da produção de conteúdo e diversificaria a programação da televisão. Além de modificar o formato de apoio às produções nacionais, que atualmente dependem de incentivos diretos ou indiretos do Estado, repassando esta função para a iniciativa privada, já que esta seria obrigada a adquirir programação independente.

Acreditava que essa relação poderia ser bem-sucedida e em longo prazo, não haveria mais necessidade desta legislação intervencionista, pois esta se tornaria uma demanda do próprio mercado. Comprovação dessa visão é o próprio artigo 90 que ao mesmo tempo em que previa a obrigatoriedade de exibição da produção independente, propunha uma redução progressiva da taxa a ser paga pela Condecine para as emissoras que a cumprissem, como podemos ver:

Art. 90 - As prestadoras de serviços de radiodifusão de sons e imagens e outras prestadoras de serviços de telecomunicações exploradoras de atividades audiovisuais que exibirem em sua programação regular uma percentagem anual mínima, não inferior a 20%, de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente e de produção regional, de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem de produção independente, farão jus a uma redução progressiva na Condecine prevista pelo inciso I do artigo 60 para suas produções próprias exibidas no próprio veículo, no ano subsequente, conforme regulamento.

Outra medida proposta foi a taxação de alguns segmentos do setor audiovisual a fim de expandir as bases de arrecadação da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional). O inciso I do Art. 60 taxava a exploração comercial de obras cinematográficas e audiovisuais em diversos segmentos, inclusive de radiodifusão e o inciso V criava a Condecine de 4% sobre a compra de mídia na televisão pelas empresas que anunciam. O inciso VI taxava o faturamento do serviço de distribuição de conteúdos audiovisuais por telefonia, e a taxação sobre a exploração de obras cinematográficas nas salas de exibição aumentava de acordo com o número de cópias, ou seja, filmes com grande potencial comercial que estreavam simultaneamente em várias salas seriam taxados em maior porcentagem.

Essas, entre outras taxas, seriam destinadas ao Funcinav – Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual Brasileiro –, fundo que visava a financiar as atividades de fomento relativas ao desenvolvimento do setor audiovisual no Brasil. Desse modo, o Estado passaria a taxar a indústria consolidada do audiovisual, como as emissoras de televisão e agências de publicidade, para incentivar principalmente o cinema, que ainda não é uma indústria estabilizada, estimulando a produção regional e a independente em relação às grandes emissoras, a distribuição, e a melhora da infraestrutura de exibição.

As ações previstas na lei foram inspiradas em legislações vigentes em outros países, como a França, que tem marco regulatório desde 1946, com a criação do CNC – *Centre National de la Cinématographie* –, órgão público de caráter administrativo que controla o fundo de apoio à produção cinematográfica. Esse fundo é alimentado, entre outras contribuições, com 5,5% sobre o faturamento das televisões (criada em 1985). E também a Espanha, onde as redes de televisão devem investir 5% do lucro em filmes europeus, sobretudo espanhóis, sendo essa a principal fonte de financiamento, superando os subsídios do governo.

A política cultural adotada por esses países estava presente no anteprojeto da Ancinav, que compreende o audiovisual como uma cadeia ampla, e não formada apenas por setores isolados. O anteprojeto pretendia incentivar a produção nacional, integrar as cadeias produtivas, fortalecer e diversificar o mercado audiovisual, demonstrando sua importância cultural e econômica. Também fica comprovada a importância de se intensificar a relação entre cinema e televisão,

o que não acontece até hoje no Brasil, onde não temos nem a integração entre essas duas áreas, nem a consolidação de uma indústria cinematográfica.

Esse anteprojeto causaria mudanças diretas no modelo de trabalho da Rede Globo, acostumada a não dialogar com o cinema para além da Globo Filmes e a basear sua programação em produções próprias ligadas à publicidade. Primeiramente, propõe a quebra do modelo vertical, obrigando a emissora a exibir produção independente, o que acarretaria em compra ou coprodução de conteúdo, estimulando a indústria audiovisual nacional. Outra alteração é referente à taxação para exploração de obra cinematográfica ou videofonográfica de acordo com sua duração, variando de R\$ 300,00 para obras de até 15 minutos a R\$ 3000,00 para obras superiores a 50 minutos. Era uma proposta inédita, pois até então a televisão nunca havia sido taxada.

2 Ataque e repercussão

A proposta de criação da Ancinav foi muito atacada pelas grandes emissoras de televisão, pelas distribuidoras de filmes estrangeiros representadas pela *Motion Picture Association* (MPA), exibidores, pelo Fórum do Audiovisual e do Cinema (FAC) e pelos cineastas ligados a essas instituições. Neste estudo, destaco as ações das Organizações Globo, que têm interesses particulares que vão de encontro às propostas do anteprojeto.

Uma de suas ações foi investir em propagandas transmitidas em seus canais, no intervalo de sua programação diária, que afirmavam para os espectadores que o governo estaria tentando controlar o que eles assistiam. Em tom acusatório, a mensagem transmitia medo e desconforto, gerando uma indisposição da população em relação à proposta.

Além de usufruir da televisão para veicular propaganda negativa ao anteprojeto, a Globo também conta com a mídia impressa, como o jornal O Globo, que na cobertura dos eventos relacionados à discussão do documento dá destaque aos posicionamentos contrários e publica opiniões radicais e acusatórias. Como a reportagem de Fernanda Medeiros “Artistas e intelectuais criticam ação da Ancinav”, publicada no dia 16 de dezembro de 2004 no jornal O Globo.

O texto começa com a generalização das opiniões: “Artistas e intelectuais

reunidos ontem em São Paulo condenaram a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e pediram ao governo Luiz Inácio Lula da Silva que não envie o projeto para apreciação na Câmara dos Deputados”. Segue expondo opiniões radicais como a de Arnaldo Jabor: “A Ancinav é uma espécie de tumor inoperável que essa gente tem na cabeça. Essa lei é muito pior do que a da censura na época da ditadura. Eles (governo) fingiram o diálogo, que não aconteceu coisa nenhuma – disse Jabor”.

O artigo relata opiniões de pessoas contrárias ao anteprojeto e de participantes do Fórum de Audiovisual e Cinema (FAC). Vale ressaltar que o FAC foi criado em novembro de 2004 e tinha como principal objetivo combater o anteprojeto, como afirma Roberto Farias em matéria veiculada no próprio site do Fórum: “Esta organização já vinha se desenhando antes mesmo do projeto”, afirmou. Mas deixou claro que o projeto de lei será a principal frente de batalha da entidade” (TELA VIVA, 2004).

A matéria deu voz aos artistas contrários às propostas como se eles representassem a totalidade da classe cinematográfica e o anteprojeto fosse uma imposição do governo, o que não é verdade, pois o projeto atende a uma reivindicação do próprio setor cinematográfico. É evidente que nesse meio há uma divisão entre os que são favoráveis e os que se opõem a proposta, a questão é como esses lados foram expostos pela mídia.

No mesmo jornal, também foram publicadas colunas de opinião em que o ataque à proposta é mais explícito, como a coluna de Arnaldo Jabor, que diz:

Esse surto de leninismo que incendiou a alma simples dos petistas ultimamente, esse ataque recente à “democracia burguesa” que o governo de Lula lançou contra a sociedade, a fome dos “soviéticos” de Gil, embaçados e severos contra o cinema e a TV. (JABOR, 2004)

Nesse caso, a crítica ao anteprojeto se confunde com o ataque ao partido político e ao governo de Lula, resultando em um afronto quanto à integridade dos representantes do Ministério da Cultura. O mesmo autor não para por aí, segue com seus ataques em outras mídias, dando entrevistas a diferentes jornais, revistas e programas de televisão. A opinião radical e acusatória continua, como é possível perceber na entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, em 31 de dezembro de 2004:

Projeto do Minc visa ao controle do pensamento, poder para se infiltrar na Sociedade. O negócio é o seguinte: não se trata de ser “a favor” ou “contra” o famigerado projeto da Ancinav. O importante é analisar como esse aborto ideológico pôde surgir no Brasil de hoje, no mundo de hoje, com um ministro da Cultura culto, artista importante e vítima da repressão política. (JABOR, 2004)

Outro exemplo do amplo ataque conduzido pela mídia impressa das Organizações Globo é a coluna de Miriam Leitão no jornal O Globo. Publicada em 7 de agosto de 2004, a coluna desconstrói o anteprojeto apontando todas suas propostas como autoritárias e dirigistas. O texto já começa com o tom acusatório: “No projeto para a criação da Ancinav - agência que controlará cinema, televisão, TV paga, rádio e outras empresas que atuam em audiovisual - o governo nem disfarça sua inclinação autoritária”. E, após duras críticas, conclui:

Tudo no projeto lembra uma outra época, um outro mundo, cujos muros já desabaram há 15 anos, um mundo em que o poder central planejador decidia, julgava, condenava, organizava e administrava por obscuros e subjetivos conceitos, e transformava os produtores culturais em peças da máquina de propaganda estatal. O governo recolheu o texto e diz que vai refazê-lo. O melhor destino para este texto é o lixo. (LEITÃO, 2004)

Essas ações também contaram com apoio de parte da mídia impressa, como o jornal O Estado de S. Paulo, que acusavam a proposta de autoritária e de controladora da liberdade de expressão. O ataque ao anteprojeto por parte da mídia começou antes mesmo de sua discussão no âmbito do Conselho Superior de Cinema, pois o documento vazou pelo site PayTv, então as primeiras informações que a população teve sobre o anteprojeto foram negativas, antes mesmo de conhecer suas propostas, o que contribuiu para a formação de um clima impróprio para o debate.

Os itens que poderiam motivar os ataques quanto ao autoritarismo e o dirigismo foram os artigos 8º - “a liberdade será a regra, constituindo exceções as proibições, restrições e interferências do Poder Público” - e o inciso I do artigo 43 que se referia “a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção das programações”, ambas davam espaço a interpretações ambíguas e foram retiradas do projeto em sua segunda versão, eliminando qualquer possibilidade de vincular a proposta à censura e ao comunismo soviético, como foi tantas vezes apontado pela imprensa.

Entretanto, as acusações continuaram, e um dos reais motivos que

impulsionou os protestos da Rede Globo foi a intenção de reservar espaço para a programação independente dentro das emissoras de televisão. O objetivo seria quebrar a produção verticalizada das emissoras e abrir espaço para novos conteúdos produzidos por outras empresas, diminuindo o monopólio e incentivando a produção nacional. Caberia a cada emissora escolher a programação que julgar pertinente, a lei apenas estipularia a cota mínima de produção independente e regional a ser exibida na emissora aberta, e na por assinatura um percentual mínimo em cada um dos pacotes de canais de programação oferecidos, que seria estipulado de acordo com volume total de programação.

Porém, esse item foi divulgado de maneira distorcida, induzindo a interpretação de que a nova agência pretendia controlar o conteúdo da programação exibida, instalando a censura na mídia, mesmo que já tenha ficado explícito no Art. 2º que a intenção não era essa: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, não sofrerão qualquer restrição ou censura de natureza política, ideológica e artística”.

O objetivo estratégico do anteprojeto fica claro no Artigo 5º:

Art. 5º Na regulação das relações econômicas das atividades audiovisuais observar-se-ão, em especial, os princípios constitucionais da soberania nacional, da diversidade e da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da função social da propriedade, da vedação ao monopólio e ao oligopólio dos meios de comunicação social, da liberdade de iniciativa, da livre concorrência, da defesa do consumidor, da redução das desigualdades regionais e sociais e da repressão ao abuso do poder econômico.

36

Ou seja, pretendia-se diminuir o monopólio e abrir espaço para outros conteúdos audiovisuais, desconcentrando a produção do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o que afetaria diretamente a Rede Globo.

3 Motivos e consequências

Esse grande conglomerado de mídia, que tem amplo poder de formação de opinião junto à maioria da população do país, devido a sua grande audiência, também conta com elevado poder econômico. As Organizações Globo atuam em diferentes mercados, como rádio, mídia impressa, indústria fonográfica e

cinema, criando sinergias e otimizando seu capital, consolidando-se como uma empresa de alto poder econômico e alcance popular.

Seu poder político começa com seu desenvolvimento ligado ao governo durante a ditadura militar, a emissora proporcionava a integração do país, levando a propaganda governamental a todos os brasileiros. Compartilhava da mesma ideologia do governo, defendendo o nacionalismo e a modernização conservadora, funcionando também como um exemplo de sucesso dos padrões defendidos por esse regime. Sua colaboração com a ditadura auxiliou que esta se sustentasse no poder, e em troca a emissora recebia altos investimentos publicitários além da construção de infraestrutura bancada pelo governo e do estímulo a crédito para compra de aparelhos televisivos, o que promoveu o aumento da atuação da Rede Globo.

Essa intensa ligação entre a emissora e o governo militar em seu período de consolidação originou uma relação de poder com governo que perdura até hoje, sendo capaz de influenciar tanto o Congresso Nacional como o Executivo. Essa influência é reforçada a partir de concessões de retransmissoras afiliadas da Rede Globo que são controladas por políticos, estabelece-se assim o chamado coronelismo eletrônico, que "inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão" (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 80). A distribuição das afiliadas encontra atores identificados com esse coronelismo e domina o quadro de concessões da emissora, estreitando sua relação com o governo.

Um exemplo de seu poder no Congresso é o caso da mudança da legislação que passou a permitir a entrada de capital estrangeiro nos serviços de radiodifusão. A empresa que sempre se posicionou contrária à participação desse tipo de capital se endividou, e em 2002 viu como uma solução possível o acesso a essa verba. Gozando de influência no campo político e exercendo o lobby, a ementa foi aprovada no dia 20 de dezembro de 2002, alterando a legislação e permitindo a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com o acesso ao capital estrangeiro, as Organizações Globo conseguiram superar seu endividamento.

O uso de sua influência política é uma grande arma das Organizações, como aponta Pedro Butcher: "Maior parte da movimentação da Globo se dá na área do lobby político, no sentido de retardar as implantações de regulação ou

mesmo de novas tecnologias que possam ameaçar esse seu formato altamente influente.” (BUTCHER, 2006, p.57)

O que foi o caso da campanha contrária ao anteprojeto da Ancinav. Temendo a diminuição de seu monopólio, a emissora ergue a bandeira do nacionalismo, que já foi empregado em tantas ocasiões ao longo da história, ao dizer que é responsável pelo único modelo possível de indústria resistente a entrada do produto estrangeiro. Porém, não considera que o produto nacional que produz é referente apenas a uma visão, não levando em conta a pluralidade de produções audiovisuais feitas no Brasil, que lutam por um espaço de visibilidade.

O medo de perder o domínio da produção audiovisual nacional e ter que repensar seu modelo de negócio, pois em seus moldes atuais a empresa necessita da manutenção da hegemonia da produção para dominar o mercado publicitário e dar continuidade as suas atividades, foi um dos motivos que iniciou o ataque ao anteprojeto, disfarçado em acusações de autoritarismo e censura.

Outro motivo é referente às taxações que foram propostas. A emissora deveria pagar Condecine pela exploração comercial de obras audiovisuais, o que obviamente não a agradou. A taxação prevista para as empresas anunciantes na compra de espaço de mídia na televisão também seria responsável pela diminuição da arrecadação da emissora na venda do espaço publicitário, pois mesmo que não estabelecido por lei, as empresas de publicidade provavelmente repassariam à emissora a defasagem no preço da compra do espaço para anunciar.

Mais um motivo de destaque para esses ataques foi a possibilidade de regulação da televisão, já que durante todo o período da implantação da televisão no Brasil e da consolidação da Rede Globo nunca houve uma regulação efetiva deste setor. O Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT) criado em 1962, estabeleceu o modelo comercial privado baseado em concessões públicas e passou a regular a atividade de telecomunicação. Porém, este tinha preocupações mais políticas que econômicas, não se precavendo quanto à formação de monopólio, e sim garantindo a indicação por parte do governo de quem estaria à frente do Contel (Conselho Nacional de Telecomunicação).

Podemos apontar que esse primeiro marco regulatório da televisão brasileira foi concebido visando a atender interesses das emissoras e do Estado, e não de elaborar uma política que visasse à democratização da comunicação. Atualmente ultrapassado e ineficiente, é ainda a legislação vigente para o setor

de radiodifusão, que segue praticamente sem regulamentação.

Essa regulamentação fraca permitiu que a emissora concentrasse poder político e econômico, e a possibilidade de que isso se alterasse como era proposto pelo anteprojeto fez com que a Rede Globo saísse na defesa de seus interesses, valendo-se de ataques infundados que causaram polêmica e prejudicaram o debate em torno das efetivas propostas.

No acúmulo de poder e na falta de regulação em todo seu período de existência, a emissora parece esquecer que é uma concessão pública, e que tem compromissos como tal. O que foi proposto era a criação de regras que garantissem a diversificação da produção audiovisual nacional, combatendo a dominação da empresa e democratizando o espaço público, pois mesmo que a exploração seja privada o espaço público, a emissora apenas tem o direito de explorá-lo, sobre determinadas regras que garantam os direitos da sociedade. E a regulação na área audiovisual não deve ser confundida com dirigismo, pois é uma obrigação do governo propiciar um ambiente democrático para difusão de conteúdos, garantindo a liberdade de expressão e combatendo o monopólio, pré-requisito para o desenvolvimento do mercado.

Com seus ataques veiculados pela mídia, a emissora foi responsável por gerar um clima de indisposição em relação à proposta, devido ao grande público que atinge e influência. Acusando a proposta de autoritária e não medindo palavras ao relacioná-la com a censura, as Organizações Globo contribuíram para a não efetivação do anteprojeto da Ancinav. Além de criar um ambiente hostil, a empresa conta com grande poder político e por meio do lobby no Congresso Nacional conseguiu pressionar por um resultado a favor de seus interesses, como já havia feitos em outros casos. Assim, é possível apontar a ação da Rede Globo como um dos motivos que fez com que o governo optasse por engavetar o anteprojeto que pretendia transformar a Ancine em Ancinav, e os serviços de radiodifusão continuassem sem atualização da regulação.

Referências

ALVARENGA, Marcus V. *Cineastas e formação da Ancine (1999-2003)*. Dissertação de mestrado, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, 2010.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo: Paulus, 2007.

BRITTOS, Valério Cruz. *Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder*. São Paulo: Paulus, 2005.

BUTCHER, Pedro. *A Dona da História: Origens da Globo Filmes e seu impacto no audiovisual brasileiro*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, 2006.

DAHL, Gustavo. Rio de Janeiro, 28 de out. 2010. Entrevista concedida a Marcus Vinícius Tavares de Alvarenga. In: ALVARENGA, Marcus V. *Cineastas e formação da Ancine (1999-2003)*. Dissertação de mestrado, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, 2010.

JABOR, Arnaldo. Ai, que saudades do comunismo! *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 ago. 2004.

JABOR, Arnaldo (2004). “Lei Cultural: Gil será responsável”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 dez. 2004.

LEITÃO, Miriam. Adeus, Lênin. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 ago. 2004.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MEDEIROS, Fernanda. Artistas e intelectuais criticam criação da Ancinav. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2004.

MELEIRO, Alessandra (Org). *Cinema e economia política*. São Paulo: Escrituras, 2009.

_____. *Cinema e políticas de Estado: da Embrafilme à Ancine*. São Paulo: Escrituras, 2009.

RAMOS, José M. O. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980*. São Paulo: Annablume, 2004.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Minuta revisada pelo Comitê da Sociedade Civil do projeto pela criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, 2004.

TELA VIVA News. Fórum do cinema e TV é oficializado em São Paulo. 22 nov. 2004.

